

**MOSAICOS ENTRE O MUNDO URBANO E MUNDO RURAL:
TRASIÇÕES PARA ALÉM DAS PARTIDAS E CHEGADAS**

*MOSAICS BETWEEN URBAN WORD AND RURAL WORD: TRANSITIONS
BEYOND DEPARTURES AND ARRIVALS*

**Erika Fernanda Pereira de Souza
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula**

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
erikafernanda.souza@yahoo.com.br, andreapirapora@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho apresenta a caracterização do mundo urbano e mundo rural considerando fatores como dimensão, densidade e heterogeneidade, pensando também as suas relações de interdependência a partir da bibliografia disponível. O artigo também debate os estereótipos histórico - socialmente construídos em relação ao campo, para desmistificar o rural e trazer a tona uma nova perspectiva de campo, bem e sua confluência com o urbano. Neste sentido, almeja debater a idéia amplamente difundida de dicotomia e oposição entre estes dois mundos na contraposição do rural como arcaico, atrasado e puro, enquanto o urbano está para a efervescência, modernidade e oportunidade. Considerando isto, constata-se que o rural vem se reinventando e ressignificando seus sentidos e práticas, com os sujeitos fazendo seu espaço na medida que fazem a si mesmos. Ademais, discutimos como se dá o fenômeno de migração em meio a essa engrenagem social forjada por relações e interações complexas, posto que essa mobilidade está condicionada à necessidade de mudança e conseqüentemente produz muitas transformações na vida de todos os atores envolvidos. Essa mobilidade também envolve um movimento de retorno num contexto de nascimento das novas ruralidades e da ressignificação do campo e de suas relações com a cidade.

Palavras-Chave: Campo; Urbanidade; migração; ruralidades; sociabilidades.

ABSTRACT

The paper presents the characterization of the urban world and rural world considering factors such as size, density and heterogeneity, also thinking about their relationships of interdependence from the available bibliography. The article also discusses the historically - socially constructed stereotypes in relation to the countryside, to demystify the rural and to bring out a new field perspective, as well as its confluence with the urban. In this sense, it aims to debate the widely diffused idea of dichotomy and opposition between these two worlds in the contrast of the rural as archaic, backward and pure, while the urban is for the effervescence, modernity and opportunity. Considering this, it is verified that the rural one has been reinventing itself and resignifying its senses and practices, with the subjects making their space in the measure that they do to themselves. In addition, we discuss how the phenomenon of migration occurs in the midst of this social gear forged by complex relationships and interactions, since this mobility is conditioned by the need for change and consequently produces many transformations in the lives of all the actors involved. This mobility also

involves a return movement in a context of the birth of the new ruralities and the re-signification of the countryside and its relations with the city.

Keywords: Field; Urbanity; migration; Ruralities; Sociabilities.

INTRODUÇÃO

O relógio marca cinco horas da manhã, a lua se despede do sertão e os primeiros raios de sol anunciam o que seria mais um dia de trabalho se o rio que banhava a comunidade não estivesse seco, se houvesse terras boas para arrendamento e o prejuízo das lavouras nos últimos anos não se acumulasse. A família ainda dorme, mas as malas prontas ao lado da cama velaram a insônia de José. Pensa no primo que está na capital e disse que a obra precisa de mais gente pra trabalhar, sabe que o dinheiro mandado possibilita o sustento de sua família. Pensa na saudade que já sente antes mesmo de partir. Pensa na cidade grande, um emaranhado de prédios, gente e concreto, bem diferente das cidades próximas, já conhecidas. Na despedida, beija a esposa e abraça os filhos. O ônibus leva boa parte dos amigos com quem cresceu junto, gente que José conhece desde as brincadeiras à sombra dos pomares, o aprendizado das primeiras letras e a labuta na terra. Olha pra trás pela última vez, uma última imagem da família abraçada, as portas entreabertas do velho mercado municipal rangem preguiçosamente. José dividido, sujeito em mosaico, uma parte fica, outra acena da janela. A bagagem do ônibus está carregada de esperança e sonhos. A poeira da estrada vai colorindo tudo de vermelho.

Este artigo traz uma revisão bibliográfica que aborda alguns conceitos e categorias importantes para o debate sobre as relações entre o urbano e rural e os movimentos migratórios como parte dessa engrenagem, posto que a compreensão desta confluência entre mundo rural e mundo urbano é fundamental para a reflexão sobre mobilidades humanas.

O RURAL E O URBANO: CARACTERIZAÇÃO E PROVOCAÇÕES

O debate que envolve a caracterização e conceituação do que é *urbano* e *rural* há muito movimentado os estudos em Ciências Sociais. No presente artigo, apresentamos um panorama histórico do que vem sendo construído neste sentido, considerando os encontros entre o mundo rural e mundo urbano, bem como a sociabilidade e modos de vida do sujeito que, a partir do processo de migração, flutua entre esses espaços- tempo.

Wirth (1997) faz uma análise sociológica dos espaços e considera arbitrário caracterizar a cidade apenas usando o fator *dimensão*, posto que a *densidade* e *heterogeneidade* são parâmetros consideráveis para a construção desse conceito. Segundo ele, a cidade tem exercido forte influência na vida social do sujeito, visto que ela é “(...) cada vez mais o lugar de habitação e trabalho do homem moderno, mas também o centro que põe marcha e controla a vida econômica, política e cultural (...)” da sociedade. (WIRTH, 1997, p.45).

Para este mesmo autor, a cidade é o espaço que abriga a diversidade.

Uma vez que a cidade é produto do crescimento e não da criação instantânea, é de esperar que as influências sobre os modos de vida não consigam apagar por completo os anteriores tipos de associação humana. Em maior ou menor grau, portanto, a nossa vida social tem a marca de uma anterior sociedade rural (*folksociety*) cujos sinais característicos de organização eram a vida agrícola, a casa senhorial e a aldeia. (WIRTH, 1997, p.46)

A densidade, definida por Wirth (1997) como “concentração em espaço limitado” vem sendo categorizada como fator próprio da cidade, a qual apresenta “desordem potencial” e um “elevado grau de interdependência” entre seus indivíduos. O mesmo autor ainda considera que “(...) o equilíbrio instável da vida urbana estão intimamente ligados à divisão do trabalho e à especialização do profissional.” (WIRTH, 1997, p.54)

O número limitado da população nas pequenas localidades possibilita contato mais íntimo, já nas cidades as relações são quantitativamente mais extensas, mas superficiais. (WIRTH, 1997). Nessa mesma tendência, Simmel (1997) acredita que a cidade possibilita certa liberdade pessoal, posto que,

À medida que o grupo cresce, numérica e territorialmente, e amadurece o seu sentido de vida, a sua coesão interna mais imediata e a clareza da demarcação originária de fronteiras vêm-se enfraquecidas e tornam-se maleáveis, por efeito das interações e comunicações recíprocas. Ao mesmo tempo o indivíduo vê reforçada a sua liberdade de movimento muito para além do espaço antes cobijado, e por efeito inerente à intensificação da divisão de trabalho, adquire reconhecimento e individualidade. (SIMMEL, 1997, p.37)

Este espaço-tempo é pautado por condutas mais racionais, objetivas e mercantilistas, posto que não existe, por exemplo, produção familiar para troca direta, aquilo que é produzido, comercializado e consumido tem caráter impessoal. Neste mesmo contexto, nota-se que certa indiferença e reserva são componentes constantes e categóricos do modo de vida urbano. Já nas sociedades agrárias a negociação é afetiva e permeada pelas relações sociais de proximidade e de cunho emocional e sentimental, típico das pequenas localidades. (SIMMEL, 1997)

Wirth também afirma que a cidade proporciona certo nível de autonomia e relativa liberdade ao sujeito no que diz respeito às suas emoções e ações em relação ao controle vivenciado num grupo com proximidade entre os membros. Nas cidades, de modo geral as pessoas são mais dependentes umas das outras, mas de forma mais restrita. Em contrapartida, sua expressão de sua personalidade é alterada, bem como, “(...) a postura moral e a sensação de participação, inerentes à vida em sociedade”. Segundo Wirth, “isto constitui essencialmente o estado de *anomia*, ou vazio social a que Durkheim alide ao tentar explicar as várias formas de desorganização social da sociedade industrial”. (WIRTH, 1997, p. 53)

Com base em Simmel, Carmo (2009) expõe que a vida no meio urbano é caracterizada pela extensão territorial articulada à maior efervescência de estímulos e interações sociais entre os sujeitos, de certa forma incluídos em vários grupos.

O espaço da cidade é representado de forma descontínua, no sentido em que se define o limite de determinadas áreas e setores. Este esquema estabelece assim uma correspondência linear entre a forma do espaço e o modo como se organizam os sistemas sociais constituídos por relações sociais de solidariedade e/ou conflito. (CARMO, 2009, p.24)

No espaço urbano há uma separação entre local de residência e local de trabalho, ocasionando maior mobilidade. Assim, outra variedade de espaços também são freqüentados, como escolas, lojas, empresas e outros que fazem parte do cotidiano, alterando “o sentido das relações de proximidade, na medida em que a proximidade física pode deixar de representar proximidade afetiva e emocional.” (CARMO, 2009, p.24)

A caracterização do rural acaba dando-se a partir de sua oposição com o urbano, sendo representando assim como “pouco volumoso e pouco denso, havendo uma contigüidade espacial entre a residência e o local de trabalho”, com mobilidade mais reduzida e articulação entre “proximidade física e proximidade afetiva.” (CARMO, 2009, p.24)

Para Simmel, “a base psicológica sobre a qual se constrói a individualidade metropolitana é a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos”. (SIMMEL, 1997, p.31). Em contrapartida ao movimento alucinante da cidade, o campo se apresenta à partir da regularidade e associações com o bucólico. Desta forma, o rural é caracterizado pelo baixo índice de densidade populacional, harmonia, sutileza, coletividade e certa homogeneidade, perpetrando basicamente os mesmos valores e postura, formas de pensar, ser e agir. Muitas vezes o rural é

vinculado à estigmas amplamente difundidos, os quais enquadram o rural como condição a ser superada, de povo atrasado, preguiçoso, sem perspectiva de vida e de modos arcaicos. Segundo Martins,

(...) a redefinição cultural ligada à constituição de uma sociedade centrada nos valores urbanos, levou rapidamente à distinção valorativa, também, entre o rural e o urbano. A afirmação da existência urbana, ainda que anômica, exprimiu-se culturalmente na construção de estereótipos, alguns negativos, do homem rural. (MARTINS, 1975, p.4)

Para os parâmetros da cidade, a sociedade agrária é incapaz de desenvolver-se social, cultural e economicamente, pois sua população está presa na inércia “doentia”, sendo assim, cabe à sociedade capitalista com sede na cidade definir como o rural deve se desenvolver a partir de suas próprias concepções e ações verticais. (MARTINS, 1975)

O urbano, por sua vez é pautado pela heterogeneidade e individualidade, sendo que tais características influenciam a forma como os sujeitos interagem entre si. O interconhecimento, peculiar entre a população camponesa atua no desenvolvimento de “uma série de relações de entreajuda (ao nível das tarefas agrícolas, da vizinhança...), ao mesmo tempo que se incrementam formas de controle social que limitam a ação individual.” (CARMO, 2009, p.26)

Carmo, resumindo Tonnies, diz que

Comunidade é definida a partir da noção de harmonia social, na qual dominam as relações de afetividade e intimidade, que confluem para o interesse e permanência da coletividade, a qual, por sua vez, se reproduz através da conjunção entre tradição e natureza. A sociedade, em contrapartida, fomenta o individualismo e o conflito social, através de relações essencialmente utilitárias e aparentes que inviabilizam a pertença a qualquer noção coletiva de “bem comum”. (CARMO, 2009, p.21)

Para Ferrão, a Revolução Industrial do século XVIII gera “um acentuado processo de perda de centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural” num movimento crescente de classificação deste como realidade arcaica, “enquanto as aglomerações urbano- industriais são vistas como palco, por excelência, do progresso.” (FERRÃO, 2000, p.46). Com isso, a interação entre urbano e rural também se modificou, acompanhando essas transformações à partir da concomitante construção de novas relações e complementaridades. Se o rural era tido exclusivamente como produtor de alimento e refúgio, agora torna-se fornecedor de mão de obra para subsídio do crescimento vertiginoso das cidades. (FERRÃO, 2000)

Além disso, as práticas das populações rurais estão cada vez mais próximas dos hábitos urbanos, promovendo uma alteração na estrutura social a partir do complexo fenômeno de urbanização. (CARMO, 2009)

O espaço rural tem sofrido um conjunto de mudanças estruturais resultantes fundamentalmente do processo de urbanização, e que se estendem e penetram em áreas significativas das zonas rurais. No entanto, as influências da urbanização não podem ser vistas de forma homogênea, elas não generalizam e não são apropriadas da mesma maneira pelas diferentes localidades e comunidades. Pelo contrário, todos estes processos compreendem uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização. Neste sentido, nem é o moderno que invade e coloniza os espaços rurais, nem a tradição que se apropria, à sua maneira, dos fenômenos urbanos. Existe uma inter-relação constante que depende dos contextos sociais. (CARMO, 2009, p.28)

O campo também está sujeito a segmentação e categorização devido a pluralidade do rural, o qual apresentam muita diversidade de acordo com a proximidade física e socioeconômica com o urbano, considerando sua atuação não restrita à atividade agrícola, mas relacionada a valorização da paisagem rural, turismo e lazer. (FERRÃO, 2000). Neste sentido, as cidades também exploram seu potencial de acordo com suas especificidades, provocando a diversidade entre as mesmas. (WIRTH, 1997)

O CENÁRIO BRASILEIRO

O mosaico geográfico brasileiro é marcado pela heterogeneidade e diversidade, mas podemos considerar 3 classificações básicas: a) regiões essencialmente urbanas, caso das áreas metropolitanas; b) regiões essencialmente rurais, geralmente isoladas, conservando aspectos originais de seus ecossistemas; e c) regiões ambivalentes, as quais compreendem grande parte do nosso território, apresentando uma situação intermediária entre as duas anteriores. (VEIGA, 2005)

O urbano e rural estão mesclados na engrenagem social, mas as contradições histórico-sociais entre o mundo urbano e o mundo rural são inegáveis. Veiga (2005) afirma que o Brasil é mais rural do que se imagina. Segundo este autor, o Censo demográfico iguala cidade e urbano, classificando nessa última categoria toda localidade emancipada, desconsiderando seus aspectos estruturais e funcionais. Classificação complicada devido a intensa heterogeneidade. Desta forma,

De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que vivem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse desatino segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000. (VEIGA, 2005, p.5)

Ainda na polêmica delimitação dos espaços de cidade e campo, CARMO (2009) apresenta 3 visões teórico empíricas. A primeira defende o "eclipse do mundo rural", com a perda de suas características, desmantelamento das estruturas tradicionais, uma espécie de neo-colonização. A segunda teoria apresenta a adaptação do rural, baseada da apropriação, resistência e adaptação, um "processo de confronto e de negociação" entre urbano e rural. (CARMO, 2009, p.32). Tal ideia está vinculada a noção de continuum entre urbano e rural, com este último deixando de existir devido ao esvaziamento populacional e envelhecimento. A terceira visão teórico empírica arquiteta o rural com sua dinâmica social e econômica própria e o fortalecimento de suas particularidades a partir de aspectos urbanos. Essa perspectiva defende a ocorrência do nascimento de uma "nova ruralidade".

Cabe ressaltar que o tradicional e a modernidade não precisam se confrontar, mas "gerar novas modalidades de desenvolvimento que se manifestam na vida rural". (CARMO, 2009, p.33). Considerando ainda que, "não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno". (MARTINS, 2013)

Nos princípios da discussão acadêmica que envolve a conceituação de urbano e rural, pregou-se a dicotomia entre estes espaços, apresentando-os como opostos que não se misturam. Contudo, essa teoria foi superada pela impossibilidade em estabelecer uma fronteira fixa entre urbano e rural, já que cidades apresentam traços de ruralidade e existem espaços rurais com índices de urbanidade. (CARMO, 2009; BAPTISTA, 2006; FERRÃO, 2000). Batista inclusive afirma que "a ruralidade não desaparece para dar origem à urbanidade." (2006, p. 58) e considerando o contexto de modernidade, Ferrão corrobora com isso ao pregar a "indissociabilidade entre mundo rural e áreas urbanas." (FERRÃO, 2000, p.45)

Constatando que as dimensões urbano e rural são complementares e estão se fazendo constantemente em relação com a outra, o homem apresenta-se como agente dessas mudanças e também sujeito delas e é nesse sentido que ao produzir o mundo ele produz a si mesmo.

HABITAR E SER HABITADO PELO RURAL¹

Os humanos são animais que transformam os espaços para/ao habitá-los de forma diversificada e com isso constroem mais que um lugar, estabelecem relações, ideologias e modos de vida, compondo o que Brandão (2009) nomeou “Cartografia da pessoa”. Segundo ele, construindo esses espaços,

(...) nos criamos interiormente a nós mesmos. E uma “cartografia da pessoa” haveria de entrever que cada um de nós habita e é habitado por espaços e lugares, terras e territórios, regiões e paisagens interiores. E, também, ao construí-las criamos entre nós, interativa e socialmente, nossos sistemas de ações e de coisas, de signos, símbolos e palavras que conduzem em nossas diversas culturas os nossos saberes, os nossos significados, nossas sensibilidades e nossas sociabilidades. (BRANDÃO, 2009, p.17)

Diretrizes espaciais influenciam a forma com que o homem interage e cria seus modos e significados do/ no mundo, pois “critérios sociais de códigos (...) são pensados e estabelecidos sobre princípios de uma lógica essencialmente simbólico-geográfica.” (BRANDÃO, 2009, p.96). Contudo, neste processo de travessia, o sujeito habita vários lugares, não necessariamente apenas onde está sua presença física.

Habitar. Criar um lugar onde pessoas, famílias, grupos e comunidades reúnem-se para conviver. Nós, os humanos tornamos habitável um espaço múltiplo –entre a hora caseira, a casa que acolhe a horta e a catedral que consagra as duas – não porque o levantamento do chão materialmente, mas porque realizamos isto movidos por palavras e imagens símbolos e sentidos, idéias e imaginários. E uma grande parte do labor e do trabalho de todos os dias está dirigida a criar e perpetuar os lugares que, uma vez construídos, tornam-se o “aqui” onde se vive e trabalha. (BRANDÃO, 2009, p.21)

Vivemos num espaço e tempo, construímos e interagimos nessa engrenagem mutável e efêmera (BRANDÃO, 2009). Neste processo transformamos a nós mesmos tendo como pano de fundo uma vertiginosa transformação do campo.

Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Esta racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e o pior) espelho, altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Altera – às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens. (BRANDÃO, 2009, p. 34)

O espaço é fator crucial no relacionamento entre pessoas na sociedade, atuando na forma de lidar com os animais e a natureza. Os comportamentos são pautados pela lógica entre “proximidade- distanciamento, familiaridade-estranhamento e de aliança provável – conflito possível” embasando “todo um código cultural do tabu”. Brandão (2009, p.96) evidencia “que os critérios sociais de códigos como os da comestibilidade, da sexualidade, e das diferentes formas possíveis de relacionamentos sociedade/natureza, são pensados e estabelecidos sobre princípios de uma lógica essencialmente simbólico-geográfica.”

A cidade coloca-se agora como “ponto de referência muito próximo”, através de uma ocupação cada vez mais voraz em direção do campo, promovendo uma crescente superação do isolamento do tempo antigo (BRANDÃO, 2009)

Os espaços são os mesmos e são outros; mudam. Tal como as sociedades, os territórios também tem história. Os sertões “cercavam” e agora “recuam” e são as cidades as que, de longe e de perto, cercam o campo, os territórios “da roça”: sítios, fazendas, campos, lavouras e bairros. (BRANDÃO, 2009, p.91)

¹ Referência à fala de Carlos Rodrigues Brandão na obra “No Rancho Fundo”: *espaços e tempos no mundo rural*, publicado em 2009 pela Editora da Universidade Federal de Uberlândia.

O sujeito que vive no mundo rural, habita seu “micromundo” bastante delimitado e reconhecido, onde se faz enquanto homem e constrói sua vida, “cenário natural de sua vida e lugar cultural onde ele sente que domina os códigos e símbolos de sua própria existência”, onde sua casa configura como “extensão doméstica do trabalho familiar” e os vínculos de parentescos representam forte elo na organização social. (BRANDÃO, 2009, p.100)

Para o homem do campo, o tempo agrega valor para além da lógica de mercado capitalista. Neste sentido, a terra tem um e o trabalho nela é carregado de sentido.

(...) o mesmo espaço-cenário de terra de agropecuária ganha significados e estabelece vínculos carregados ou não de motivações, afetos e de sentidos segundo pesos e valores quase opostos. Pois se o trabalhador volante trabalha o valor- de-um-tempo (...) sobre um espaço qualquer, um sitiante de terras ancestrais herdadas, trabalha sobre um valor- espaço que o seu tempo de esforço densifica através de uma história de parentes, cuja realidade não se dá apenas “naquele lugar”, mas é e se faz “naquele lugar”. Ela é quase a história dele: um velho sítio, uma antiqüíssima fazenda – através das pessoas e da sucessão das pessoas nele...através dele. (BRANDÃO, 2009, p.73)

Evidencia-se que, mesmo com o intenso processo de transformação e reconfiguração social, a agricultura, sobretudo de tipo familiar possui centralidade no cenário rural, considerando que “toda a terra demarca uma relação e marca uma identidade estabelecida através da qualidade da reciprocidade entre um tipo de ator frente a ela e o feixe de outros relacionamentos que ela e seus frutos geram e determinam.” (BRANDÃO, 2009, p.72)

Contudo, a mobilidade e modernização trouxeram a cidade para os quintais das casas camponesas e

Não obstante, mesmo no mundo rural tradicional, os horizontes da vida se tornam mais voltados para o “mundo da cidade”, e cada vez mais as cidades “maiores” dominam as cidades menores que, cercadas por áreas rurais, tornam-se eixos de referência deles e um ponto a meio caminho entre o sítio e a “cidade grande”. Espaços urbanos tendem a ser, a cada dia mais, o lugar de destino dos filhos dos homens e mulheres da terra, quando não, deles próprios. (BRANDÃO, 2009, p.47)

Nesta crescente diversidade de formas culturais e modos de trabalho no campo, o rural apresenta-se cada vez mais como um espaço múltiplo e heterogêneo, além de cada vez mais próximo da cidade, para além das delimitações físicas, impulsionando o movimento da população para tais áreas. É nesta perspectiva que a cidade passa a ser um lugar possível para além da mera imaginação, despertando um misto de “temor e desejo” principalmente por parte dos jovens, que vão em busca dos recursos ofertados pela cidade. (BRANDÃO, 2009)

Neste contexto, o fenômeno migratório torna-se parte da vida e organização social do sujeito do campo, estando ele na condição de migrante e ausente ou sendo parte daqueles que ficam na comunidade de origem.

O FÊNOMENO DAS MIGRAÇÕES: ENCONTROS E DESPEDIDAS

A cidade vem exercendo um intenso recrutamento de migrantes, caracterizando-se como “(...) o lugar onde, historicamente, se fundem raças, povos e culturas e um terreno altamente favorável à criação de novos híbridos biológicos e culturais.” (WIRTH, 1997, p. 51)

Segundo Singer, “(...) migrações internas são sempre condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança (...)”. (SINGER, 2008, p.29) Para ele, o que dá sentido aos fluxos migratórios, são as consequentes configurações históricas. Neste sentido, a industrialização enquanto processo “não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho.” (SINGER, 2008, p.30) Ainda segundo este autor, as migrações

funcionam como um “mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo especial das atividades econômicas.” (SINGER, 2008, p. 31).

Com a Revolução Industrial, os investimentos foram concentrados em torno da cidade, que se tornou o coração da economia capitalista, propulsionando assim a emergência de desigualdades regionais. (SINGER, 2008). Por uma lógica perversa, a cidade é vista como fonte de trabalho para o camponês proletário que por diversas razões precisa abandonar o campo e migrar para a cidade e com isso “(...) o arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos.” (SINGER, 2008, p.37). Neste sentido,

Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nessas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego (...); e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (SINGER, 2008, p.37)

A busca esperançosa pela venda da força de trabalho é um fator de atração determinante nos fluxos migratórios. Contudo, a falta de qualificação, bagagem cultural do migrante e insuficiência nos recursos são apontados por Singer (2008) como empecilhos para o acesso ao trabalho no mercado urbano.

Segundo Martins, “(...) nosso atraso agropecuário e o nosso progresso urbano-industrial não se explicam separadamente, constituindo um todo articulado.” (MARTINS, 1975, p. 16), posto que, nas primeiras décadas do século XX surgiram ideais de desenvolvimento voltadas para o urbano, sendo que a “indústria só muito recentemente deixou de ser uma atividade econômica marginal.” (MARTINS, 2013, p.113). Este autor ainda ressalta como nosso país é historicamente agrário e oligárquico, onde o homem rural foi considerado um obstáculo a modernização, sendo que os trabalhadores carregam o país nas costas e boa parte deles deixou o campo para acompanhar o fluxo migratório ocasionado pela oferta de trabalho na indústria. (MARTINS, 2013)

Singer alerta para a possibilidade de uma possível oferta de mão de obra acima da demanda e para o fato de que países não desenvolvidos apresentam maior índice de migração devido às características econômicas do mesmo. (SINGER, 2008). Neste contexto, emergem os quadros de emprego informal, desemprego e possibilidade de “marginalização do migrante da cidade” (SINGER, 2008 p. 49). Contudo, tal problemática é mais complexa e o próprio autor alerta para os riscos desta lógica simplista de relacionar problemas da cidade aos migrantes.

O mundo rural vem sendo reconfigurado a partir do processo de industrialização e capitalização do campo, alterando drasticamente as relações estabelecidas e consequentemente mudando a interação entre mundo rural e mundo urbano. O novo modelo de produção foi responsável pela desocupação de grande mão de obra do campo, situação agravada pela questão fundiária brasileira já historicamente problemática. Com o avanço das políticas neoliberais desenvolvimentistas, houve um intenso fluxo migratório e consequente urbanização desordenada, movimento este que a cidade não deu conta de absorver. (PAULA e CLEPS JÚNIOR, 2002)

Segundo Paula e Cleps Júnior (2002), o IBGE informa que na década de 1980 quase 26 milhões de brasileiros partiram de seus municípios, tendo os mais variados motivos em torno de melhorias de vida, como: “melhores oportunidades de emprego, melhores condições de educação, saúde, de serviços públicos, enfim, uma busca por um lugar melhor para se viver.” (PAULA e CLEPS JÚNIOR, 2002 p. 2)

A migração deve ser vista como processo social, o qual não envolve apenas o indivíduo, mas diz respeito a um grupo e sua busca por melhores condições de vida, tendo como raiz histórica a questão de classe social e a formação da sociedade. É sabido que alguns recém chegados recebem ajuda de outros migrantes já estabelecidos e que muitos deles são encarcerados num ciclo de decadência e indignidade tão nefasto que seu retorno não se faz mais possível. (SINGER, 2008)

O Censo IBGE de 2010 constatou “uma redução na mobilidade espacial da população. Entre 1995/2000, movimentaram-se 30,6 migrantes para cada mil habitantes, já no período 2005/2010, observaram-se 24,3 migrantes para cada mil habitantes.” No período entre 2005 e 2010 o número de migrantes do país totalizou 4.643,754, uma queda de 11% considerando os 5.196,093 registrados no quinquênio 1995/2000, segundo dados do IBGE de 2010.

Outro ponto interessante apresentado pela Pesquisa é a Migração de Retorno², sendo que o Nordeste é a região com maior índice de retornos do país. Essa expectativa do retorno está relacionada a sentimentos de herança perdida com a migração para a cidade, bem como o imaginário virtuoso associado à vida no campo. (BAPTISTA, 2006). Até por que, o migrante almeja desde antes da partida uma vida de qualidade no seu local de origem, insere sua cultura rural nos bairros periféricos onde se instala na cidade e em seu discurso não reconhece aquele espaço como sendo seu lugar e nem faz referência como sendo este melhor espaço. (MARTINS, 2013; MARTINS, 1986; BRANDÃO, 2009)

O Censo não consegue captar todo o intenso movimento de migração no Brasil, devido a efervescência do fenômeno, bem como a variedade das características dos migrantes, seus lugares de partida e chegada (cidades e outras áreas rurais), sua classe social, atuação e tempo de trabalho exercido (obras, ciclos de lavoura, etc.). Ademais, a estrutura grupal em que o migrante está inserido é completamente mudada, a sua ausência altera a vida de sua família, do trabalho e da teia de relações sociais e quando retorna não encontra aquilo que deixou, pois “ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo.” (MARTINS, 1986, p.45)

Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que *trânsito* de um lugar a outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir, é viver em espaços geograficamente diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente distintas; é viver como presente e sonhar como ausente, É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1986, p. 45)

Neste sentido, Paula e Cleps Júnior (2002) apontam para essa mobilidade espacial transitória e a frustrante colocação do trabalhador nesta lógica desordenada e nefasta, sendo primordial a “revisão das políticas públicas de desenvolvimento do meio rural, bem como políticas públicas de emprego e renda, principalmente nas regiões consideradas como exportadoras de força de trabalho, hoje trabalhadores completamente descartáveis”.

Para o migrante o cotidiano tem um sabor agridoce, vive a flutuar entre duas dimensões, habitando um entre- lugar, várias culturas e realidades, co-habitando dois mundos sem estar plenamente integrado em nenhum deles, pertencendo a um lugar que ficou distante e não voltará a existir, onde sua ausência se faz muito presente. (MARTINS, 2013; MARTINS, 1986; BRANDÃO, 2009)

² A Migração de Retorno é constatada quando o sujeito nasceu e reside na localidade no ensejo do Censo, mas há cinco anos morava em outro Estado.

O NASCIMENTO DE NOVAS RURALIDADES

Num contexto onde a delimitação entre urbano e rural não são estabelecidas de forma clara, podemos encontrar cidades predominantemente rurais e campos com um nível de urbanidade acentuado. (BAPTISTA, 2006) Neste sentido, as localidades devem buscar desenvolver suas potencialidades, privilegiando uma “relação de complementaridade menos assimétrica e mais simbiótica”. (FERRÃO, 2000, p.52)

É sabido que apesar de a urbanização ser um processo universal, ele busca se inserir em meio às peculiaridades sociais, históricas, econômicas e culturais da localidade. Essa prerrogativa aponta o desafio de construção das novas relações entre urbano e rural, as quais prezem o benefício mútuo em detrimento de interações que promovam a exploração do mundo rural. (BAPTISTA, 2006; FERRÃO, 2000). Ademais, é sabido que

A consolidação do agrobusiness não reduziu a migração rural, não beneficiou os pequenos produtores e não diminui as disparidades econômicas, sociais no campo e muito menos na cidade. A industrialização do campo não modificou as relações de dominação do capital, e subordinou as populações rurais na cidade a condições precárias de vida. As políticas públicas viabilizadas no espaço urbano não auxiliam a integração do migrante rural ao mercado de trabalho. São velhos problemas enfrentados no meio rural que tiram o homem do campo e são novos problemas que enfrentam na vida urbana. (PAULA e CLEPS JUNIOR, 2002, p.16)

Como vimos, o meio urbano não pode ser tomado como redentor das mazelas que a exploração histórica a qual o povo camponês e seu lugar foram submetidos, incursão esta agravada pelo capitalismo, agronegócio e concentração latifundiária.

Ferrão sinaliza para a necessidade de investimento em infra- estrutura, serviços, conhecimento e desenvolvimento de áreas rurais para promoção de “uma articulação territorial (coesão) e uma articulação funcional (integração) entre centros urbanos e áreas rurais envolventes.” (FERRÃO, 2000, p.50)

As mudanças na tessitura social promovem alterações de ordem social e econômica, ocasionando a emergência da pluriatividade, exercício de várias atividades, não somente o trabalho agrícola e novos mecanismos de produção, mas inclusive “apropriação urbana destes espaços” para fins turísticos. (BAPTISTA, 2006)

As fronteiras do rural são de difícil delimitação “a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais”. (CARNEIRO, 1998, p.53). Ademais, cada localidade expressa as transformações a sua maneira, de acordo com a forma com que estão recebendo e ingerindo as mudanças, que são por si muito diversificadas.

Um olhar mais complexo e interativo sobre os horizontes dos mundos rurais deveriam convidar-nos a uma leitura não tanto do que, real ou ilusoriamente, domina espaços e campos de relações rurais, mas do que em seus intervalos e de maneiras mais ativas e diferenciadas do que podemos imaginar, existe, resiste e renova, para reocupar espaços e reinventar formas de ser e de viver no campo. (BRANDÃO, 2009, p.51)

Nesse sentido, a pluriatividade enquanto alternativa para o rural vem crescendo substancialmente, posto que o sujeito que está no campo busca novas perspectivas para superar suas dificuldades, reinventando seus modos de produção e vida com dinamismo. (CARNEIRO, 1998). Tal processo não significa uma ruptura e descaracterização total com a estrutura tradicional, pois, quando a comunidade rural tem acesso à modernidade, a noção de interdependência entre mundo rural e mundo urbano é reforçada e revigoram-se as identidades dos sujeitos do campo.

Ainda segundo Carneiro, a atividade para além da prática agrícola

(...) abre novas possibilidades de trabalho para o conjunto da mão- de obra familiar, contribuindo para o aumento da renda e para uma visível melhoria das condições de

vida da parte da população rural que, ao ter garantida uma renda fixa e razoavelmente estável em sua própria localidade de origem, passa a relativizar o projeto de migração em busca de emprego e salário na cidade. (CARNEIRO, 1998, p.67)

Sendo assim, a pluriatividade pode funcionar como uma alternativa à migração, posto que o lugar no qual o sujeito habita e construiu sua história é atraente e possibilita sua permanência com qualidade de vida, sem ser necessário recorrer à cidade para busca de sobrevivência.

É importante frisar que a mobilidade humana representa um movimento no sentido de sua sobrevivência. O homem se estabelece em um espaço e faz dele seu lugar através de sua ação e em consequência disso às vezes precisa se ausentar e partir para se fazer em outros lugares. Contudo, essa estratégia se dá em função do seu lugar de partida, num movimento de ir como forma de permanecer, de partir para estar junto, de romper para conquistar, pois a presença de sua ausência é fator determinante para a resistência do seu núcleo familiar e comunidade, além de ser uma alternativa viável, obstinada e esperançosa por melhorias na sua condição de vida.

Neste contexto, políticas públicas precisam ser desenvolvidas em consonância com os anseios e particularidades do povo do campo, para que suas necessidades sejam supridas promovendo qualidade de vida e contribuindo para a ressignificação e valorização do mundo rural como lugar em movimento, com oportunidades justas de trabalho, sociabilidades e vida pulsante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacado anteriormente, novas ruralidades estão sendo projetadas no campo, gerando novas formas de sociabilidade e identidades. Neste intenso contexto de mudança e mobilidade, a migração é uma realidade constante na vida do homem do campo.

Os dados disponíveis sobre Migração e mobilidade social não são suficientes para estabelecer a causalidade e consequências do retorno dos migrantes para seu lugar de origem, contudo podemos nos questionar sobre a relação da emergência e desenvolvimento de novas ruralidades e alteração do fluxo migratório, com um vislumbre da permanência e retorno do homem no campo. Tal reflexão tem fundamento, sendo uma hipótese com potencial a ser explorado, mais um viés interessante dentro dos férteis questionamentos envolvidos na discussão sobre as relações entre mundo urbano e mundo rural.

Nossa sociedade brasileira é caracterizada por uma modernidade *anômala e inacabada*, (MARTINS, 2013), permeada por confluências entre mundo rural e mundo urbano, um mosaico de interações e diversidade. É necessário ressaltar a particularidade de cada caso, posto que, cada comunidade possui suas peculiaridades e potencialidades, apresentando uma configuração muito singular nesta engrenagem social. Neste sentido o diálogo sobre urbanidade e ruralidade não está encerrado, com a temática em constante reformulação, acompanhando o ritmo da história.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Luís Vicente. Urbanização, Ruralidade e Suburbanidade: conceitos e realidades. In: BALSÁ, Casimiro. Relações Sociais e Espaço. Homenagem a Jean Remy. Ed. Colibri, CEOS. Investigações Sociológicas, Lisboa, 2006, 55-66.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “No Rancho fundo:” espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia, EDUFU, 2009.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun.2009, p. 252-280.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro de 1998, 53-75.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. In: *Sociologia, problemas e práticas*, n 33,2000, p.45-54.

IBGE:Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da amostra. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012.Disponível em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/errata_migracao.pdfAcesso em: 18 de setembro de 2014, às 12:43

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo. Pioneira, 1975.

_____. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 43-61.

_____. A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. 3Ed. São Paulo, Contexto, 2013.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de; CLEPS JÚNIOR, João. Migrações internas no Sertão das Gerais: “a esperança de melhoria de vida”. In: *Revista Unimontes Científica*. Montes Claros. v.4, n.2, jul/dez. 2002.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras, Ed. Celta, 1997, 31-43.

SINGER, Paul. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Contexto, 2008, p.29-62.

VEIGA, José Eli da. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Rio Grande do Sul. *Cadernos do CEAM*, Vol. 17, Fevereiro 2005. Disponível em: www.econ.fea.us.br/zeeli/

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras, Ed. Celta, 1997,45-65.

Recebido para publicação em 22 de outubro 2016

Aceito para publicação em 9 de janeiro de 2017